

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA DOCENTE TRANSFORMADORA**SPECIAL EDUCATION AND INCLUSION: PATHS TO BUILDING A TRANSFORMATIVE TEACHING PRACTICE** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.011-017>**Aurora de Castro Pantoja**

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: auroradecastropantoja@gmail.com

Bárbara Andressa de Souza Balieiro

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: balieiro22@hotmail.com

Cindy Isabelle Hage Pantoja

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: cursoderedacaoprofcindyhage@gmail.com

Elizete Ferreira Moraes Barbosa

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: prof.elizetemorais@gmail.com

Emanuelle Ferreira Moraes Barbosa

Professores da Educação Básica da Rede Pública e Privada no Estado do Pará.

E-mail: manumorais1212@gmail.com

Francinete de Jesus dos Santos Miranda

Professores da Educação Básica da Rede Pública e Privada no Estado do Pará.

E-mail: fran71jsm@gmail.com

Luan Xavier de Souza

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: luanletras@gmail.com

Nayara Karine Silva de Souza

Professores da Educação Básica da Rede Pública e Privada no Estado do Pará.

E-mail: professoranayarakarine@gmail.com

Thais da Silva Moraes

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: tmoraes.blm@gmail.com



Zuziane Ferreira da Rocha

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas (UEPA).

E-mail: zuzianerocha2@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da educação especial no Brasil, sob a ótica das políticas públicas, do percurso histórico e das práticas pedagógicas inclusivas. Com base em uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e documental, a pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica e análise normativa para compreender as transformações legais e pedagógicas que envolvem a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O estudo revela que, embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente no que se refere ao direito à educação inclusiva, persistem entraves na formação docente, na organização escolar e na implementação de práticas que garantam o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os estudantes. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva demanda investimento em formação crítica, atuação colaborativa e compromisso ético com a valorização das diferenças. A partir do diálogo com autores como Mazzotta, Bueno, Sassaki, Omote e Pletsch, evidencia-se a necessidade de repensar a prática docente como eixo central para a consolidação de políticas de inclusão efetivas e transformadoras.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão Escolar; Formação Docente; Práticas Pedagógicas; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article proposes a critical reflection on the challenges and possibilities of special education in Brazil, from the perspective of public policies, historical developments, and inclusive pedagogical practices. Based on a qualitative, exploratory, and documentary approach, the research was grounded in a literature review and normative analysis to understand the legal and pedagogical transformations involving the schooling of students with disabilities, global developmental disorders, and high abilities/giftedness. The study reveals that, although Brazilian legislation has made significant progress in terms of the right to inclusive education, obstacles remain in teacher training, school organization, and the implementation of practices that guarantee access, retention, and learning for all students. Building a truly inclusive school requires investment in critical training, collaborative action, and an ethical commitment to valuing differences. Based on dialogue with authors such as Mazzotta, Bueno, Sassaki, Omote, and Pletsch, there is a clear need to rethink teaching practice as a central axis for the consolidation of effective and transformative inclusion policies.

Keywords: Special Education; School Inclusion; Teacher Training; Pedagogical Practices; Public Policies.



1 INTRODUÇÃO

A educação especial constitui um campo de estudos e práticas que tem buscado, ao longo da história, garantir o direito à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em consonância com os princípios democráticos e de justiça social, este campo vem sendo impulsionado por políticas públicas voltadas à construção de uma escola mais inclusiva e sensível à diversidade humana (Brasil, 2009; Sassaki, 1999).

Historicamente, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas foi marcado por práticas segregadoras, que os excluíaam do ensino regular e os direcionavam a instituições especializadas (Jairuzzi, 1985; Mazzotta, 1996). Esse modelo excludente foi sendo progressivamente questionado a partir de movimentos sociais, discussões acadêmicas e avanços nas legislações educacionais, culminando em uma nova perspectiva de inclusão escolar pautada na valorização das diferenças e na garantia de acesso, permanência e aprendizagem de todos (Bueno, 1999; Kassar, 2006; Omote, 2008).

A transição da integração para a inclusão escolar demanda a superação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais presentes no cotidiano escolar. Neste cenário, destaca-se o papel dos profissionais da educação e a urgência na formação docente voltada para a compreensão das múltiplas dimensões da deficiência, bem como para o desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis e equitativas (Maia, 2007; Lacerda, 2006; Pletsch, 2009).

Considerando essa complexidade, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da educação especial no Brasil, à luz das políticas públicas, do contexto histórico e das práticas escolares.

Apoia-se em uma base teórica multidisciplinar e em documentos legais que subsidiam a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Partindo de uma revisão da literatura e de uma análise contextualizada das normativas e das práticas educacionais, busca-se evidenciar os caminhos possíveis para uma educação que respeite as singularidades e promova a equidade no ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com base em uma abordagem exploratória e documental. Conforme aponta Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa tem como principal objetivo compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes, valorizando o contexto e a subjetividade dos envolvidos.

A investigação consistiu em uma revisão bibliográfica fundamentada em autores que discutem a educação especial, a inclusão escolar e a formação docente, como Bueno (1999), Mazzotta (1996), Omote (2008), Pletsch (2009), entre outros. Também foram analisados documentos oficiais, como a Política



Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2009), para contextualizar as normativas que orientam o campo da educação inclusiva no Brasil.

A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os marcos legais e teóricos que sustentam a educação especial e identificar os principais desafios enfrentados na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, este trabalho propõe-se a contribuir com o debate acadêmico e com a prática docente, oferecendo subsídios que fortaleçam o compromisso com a equidade educacional e a valorização das diferenças no ambiente escolar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A trajetória da educação especial no Brasil revela um processo de transição que parte da exclusão institucionalizada rumo à construção de uma escola inclusiva. Até meados do século XX, as pessoas com deficiência eram segregadas em instituições específicas, voltadas prioritariamente à reabilitação, à assistência ou ao convívio restrito com seus pares (Mazzotta, 1996). Essa prática refletia uma concepção médica e patologizante da deficiência, entendida como déficit individual e não como construção social (Jairuzzi, 1985).

Com o advento de movimentos internacionais em defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa com deficiência, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), iniciam-se importantes mudanças nos paradigmas educacionais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) passam a garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir dessas normativas, o debate sobre inclusão escolar ganha centralidade no cenário educacional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2009) representa um marco significativo nesse processo. Seu texto defende uma escola que acolha a todos, promovendo o direito à diferença e o acesso equitativo ao currículo comum. Conforme Bueno (1999), a efetivação dessa política exige profundas transformações estruturais e atitudinais, demandando uma reorganização das práticas escolares e a adoção de princípios inclusivos que assegurem o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Omote (2008) destaca que a construção de uma escola inclusiva depende de políticas públicas articuladas, da acessibilidade em múltiplas dimensões (física, comunicacional, curricular) e da atuação pedagógica comprometida com a valorização das diferenças. A escola, nesse contexto, deve ser entendida como um espaço de convivência democrática e de formação cidadã, capaz de responder às singularidades dos sujeitos e superar as práticas discriminatórias historicamente consolidadas.



Assim, o percurso histórico da educação especial evidencia tensões e contradições que persistem no cotidiano escolar. A conquista legal da inclusão ainda encontra obstáculos na realidade das salas de aula, exigindo o fortalecimento das políticas públicas, a ampliação da formação docente e o reconhecimento da diversidade como um valor educacional.

3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A construção de práticas pedagógicas inclusivas requer um olhar sensível e crítico sobre o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental, pois é ele quem viabiliza – ou não – a efetivação do direito à educação para todos. Segundo Lacerda (2006), a formação docente deve ultrapassar o ensino de técnicas e metodologias, promovendo o desenvolvimento de uma postura ética e política diante da diversidade humana.

A inclusão escolar não é apenas uma diretriz legal, mas um desafio prático e cotidiano. Para Pletsch (2009), muitos docentes se sentem despreparados para atender alunos com deficiência, o que reforça a urgência de investimentos em formação inicial e continuada, com foco na pedagogia inclusiva, nas adaptações curriculares e nos recursos de acessibilidade. O educador precisa ser capacitado para planejar ações didáticas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem, utilizando materiais, estratégias e tecnologias assistivas quando necessário.

Sassaki (1999) introduz o conceito de “sociedade inclusiva” para referir-se a um modelo de convivência em que todas as pessoas são valorizadas, participam ativamente e têm garantidos seus direitos. Dentro dessa lógica, a escola é um espaço privilegiado para a desconstrução de preconceitos e para a construção de uma nova cultura escolar, mais solidária, participativa e democrática. Para isso, é necessário um corpo docente comprometido com a equidade, aberto ao diálogo e disposto a revisar constantemente sua prática pedagógica.

Maia (2007) reforça a ideia de que a inclusão é uma construção coletiva, que envolve não apenas o professor da sala comum, mas também o atendimento educacional especializado, os gestores escolares, as famílias e os próprios estudantes. A efetivação das práticas inclusivas depende, portanto, de uma rede de apoio que sustente e oriente o trabalho docente, favorecendo a criação de ambientes educacionais mais justos e acolhedores.

Em síntese, a formação docente para a educação inclusiva deve ser entendida como um processo contínuo de reflexão, pesquisa e prática colaborativa. Não basta garantir o acesso físico à escola; é preciso garantir o acesso ao conhecimento, ao pertencimento e à participação plena na vida escolar, em conformidade com os princípios da equidade e da justiça social.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente discussão evidenciou a complexidade e a importância da educação especial no contexto da escola inclusiva, destacando tanto os avanços legais quanto os desafios ainda presentes na efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade. A partir da revisão da literatura e das contribuições teóricas analisadas, foi possível compreender que a inclusão escolar é um processo contínuo, que exige mais do que mudanças estruturais: demanda uma mudança de concepção sobre o sujeito, a aprendizagem e o papel social da escola.

A evolução histórica da educação especial no Brasil revela um cenário de tensões entre políticas públicas, práticas pedagógicas e concepções sociais de deficiência. Apesar de avanços significativos, como os marcos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2009), a prática educacional ainda apresenta resistências e lacunas. Essas lacunas são perceptíveis principalmente na formação docente, nas estruturas escolares e na ausência de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva.

As análises apresentadas também reforçam que o papel do professor é central na efetivação de uma educação inclusiva. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de formação inicial e continuada que contemple as especificidades da educação especial, ampliando o repertório pedagógico dos docentes e promovendo uma postura ética e reflexiva. A formação docente deve ser orientada por princípios de equidade, justiça social e reconhecimento da diferença como valor, superando práticas de ensino homogeneizadoras e excludentes.

Ademais, compreende-se que a inclusão escolar não se resume ao acesso físico à escola, mas envolve o pertencimento, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, especialmente daqueles que historicamente foram marginalizados pelo sistema educacional. Para que a inclusão seja uma realidade concreta e não apenas discursiva, é necessário o engajamento coletivo de toda a comunidade escolar, o fortalecimento de políticas públicas integradas e o compromisso político com uma educação democrática e transformadora.

Por fim, este estudo contribui para o debate sobre a educação especial ao reforçar que o caminho para a inclusão passa pela valorização da diversidade, pela escuta ativa das singularidades e pela construção de uma escola que ensine a todos com qualidade. Mais do que adaptar os estudantes às estruturas escolares, é a escola que deve se transformar para acolher, ensinar e aprender com as diferenças.



REFERÊNCIAS

AISCOW, M. Necesidades especiales en el aula: guía para la formación del profesorado. Paris: UNESCO; Madrid: Narcea, 1995.

ATIPOFF, O. B. Educação do excepcional: manual para professores. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Pestalozzi, Guanabara, 1974.

ARRUDA, E. E. de; KASSAR, M. C. M.; SANTOS, M. M. “Educação especial: o custo do atendimento de uma pessoa com necessidades especiais em instituições públicas estatal e não estatal, em MS, 2004”. In: CERES, C. C.; LASCILLOTTI, S. S. P. (Orgs.). Educação especial em foco: questões contemporâneas. Campo Grande: UNIDERP, 2006. p. 89–116.

AVELINO, G.; BROWN, D.; HÜTER, W. “Internacionalização econômica, democratização e gastos sociais na América Latina, 1980–1999”. In: HOCHMANN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BASBAUM, L. História sincera da República: das origens a 1889. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BECKER, B. S. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e regulamenta o art. 60 da Lei nº 9.394/96. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> (Ministério da Educação).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf (Ministério da Educação, Ministério da Educação).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Educação Especial: Cadastro Geral dos Estabelecimentos do Ensino Especial. 2. vol. Brasília: MEC, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério de Administração Federal e da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial – MEC. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=30192&alias=428-diretrizes-publicacao&option=com_docman&view=download (Ministério da Educação).

BUENO, G. S. Educação brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1999.



COSTA, A. da. Seleção de textos, 1868. In: FERREIRA, A. (Org.). Antologia de textos pedagógicos do século XIX português. v. III. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975. p. 179.

CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; FÁVERO, O. A. “A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional”. In: FÁVERO, O. (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Papirus, 2001. p. 5–30.

GALLAGHER, J. J. “Planejamento da educação especial no Brasil”. In: PIRES, J. (Org.). Educação especial em foco. Rio de Janeiro: CBPE, 1974.

HOBBSAWM, E. J. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JAIÇUZZI, G. A. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

———. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

———. “As políticas e os espaços para a criança excepcional”. In: FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez; USF, 1997.

KASSAR, M. C. M. “Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios”. In: CERES, C. C.; LASCILLOTTI, S. S. P. (Orgs.). Educação especial em foco: questões contemporâneas. Campo Grande: UNIDERP, 2006. p.

LACERDA, C. B. F. de. “A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência”. Cadernos do CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163–184, 2006.

———. “O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo”. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 13, p. 257–280, 2007.

LEIJOTO, C. P.; KASSAR, M. C. M. A organização didática do professor do ensino fundamental no processo de inclusão. Relatório de Iniciação Científica (PIBIC) – UFMS/CNPq, 2009.

MAGALHÃES, B. Tratamento e educação de crianças anormais de inteligência. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, s.d.

MAIA, J. C. Concepção de deficiência mantida por discentes de Terapia Ocupacional e Fisioterapia. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

OMOTE, S. “Diversidade, Educação e Sociedade Inclusiva”. In: OLIVEIRA, A. A. S. (Org.). Inclusão Escolar: as contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, M. A. dos S. “A educação do deficiente mental no Estado de São Paulo (1843-1971)”. Boletim SAPERE AUDE, n. 22, ano XV, 1979.



ROMAELLI, O. História da Educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis: Vozes, 1989.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHNEIDER, D. “Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio”. In: VELHO, G. (Org.). Desvio e divergência. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SILVA, A. G. O movimento apaeano no Brasil: um estudo documental (1954-1994). Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC-SP, 1995.

UNESCO. A educação no mundo. Vol. I: o ensino de primeiro e segundo graus. São Paulo: Saraiva/USP, 1982.

VEIGA, C. G. “Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial”. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 502-516, set./dez. 2008.